

## «Riviera» versus «Cidadela» a batalha pelo Líbano

Publicação: [O Mundo em Português Nº 63](#)

Data de Publicação: Outubro/Novembro 2006

Autor: Nadim Shehadi

A resolução 1701 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 11 de Agosto de 2006, possibilitou o cessar-fogo entre Israel e o Hezbollah, que entrou em vigor na manhã de 14 de Agosto, acabando com a guerra que durou 33 dias. É um efeito real, mas limitado: a resolução ignora os aspectos regional e internacional do conflito e assume que a solução para o problema do arsenal de armas do Hezbollah no Líbano pode ser mais político do que militar. O sucesso desta aposta dependerá do equilíbrio de poder emergente entre duas visões do país e de como este foi afectado pela guerra. O resultado desta batalha política determinará o resultado profundo da batalha pelo Líbano.

### Dois projectos

Ao longo das últimas duas décadas, desde os últimos anos da guerra civil de 1975-90, dois projectos rivais têm estado a ser implementados, paralelamente, no Líbano. Um pretende construir uma Riviera, um Mónaco do Mediterrâneo oriental; o outro uma cidadela ou bunker na linha da frente do confronto com Israel e os Estados Unidos.

Cada um destes projectos tem uma dimensão local e regional, retirando lições diferentes da guerra civil, e ambos ligam o Líbano, de forma particular, a um ou outro dos seus vizinhos. Cada um tem partidários em todos os estratos da sociedade libanesa e nenhum é puramente sectário. Cada um tem uma visão diferente de como reconstruir o Estado e garantir a segurança e a prosperidade dos cidadãos. Em termos regionais, a Arábia Saudita tem sido o maior investidor na «Riviera», enquanto o Irão é o mais aposta na «Cidadela».

A «Riviera» pretende o reavivar do modelo do Líbano anterior à guerra, centrado em Beirute como uma sociedade cosmopolita aberta, cuja prosperidade depende do comércio e dos serviços. Ou seja, um modelo protegido pela aliança com o Ocidente e pelo alinhamento com a legalidade internacional. O investimento, principalmente em infra-estruturas, é suficiente para manter o papel que o país foi destinado a

desempenhar, tornando o exército e a função militar supérfluos. Nesta base de comércio e tolerância, o resto mantém-se por si só.

O projecto «Riviera» acreditou no êxito do processo de paz do Médio Oriente e confiou na hipótese de Beirute passar a representar um papel de centro financeiro e de negócios. Poderia ser um local de recreio para os Estados do Golfo ricos em petróleo (Kuwait, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita) e uma base para os libaneses expatriados que retornassem. O principal arquitecto do renascimento da «Riviera» foi o antigo primeiro-ministro Rafiq Hariri, alinhado com os Estados do Golfo e com os outros Estados árabes (principalmente o Egipto e a Jordânia) que tinham assinado tratados de paz com Israel e que mantinham boas relações com o Ocidente, particularmente com França e com os Estados Unidos.

O projecto «Cidadela» tira lições muito diferentes do passado. Na sua perspectiva, a guerra civil libanesa tinha na sua origem a fragilidade em que o país se encontrava, uma sociedade pouco coesa e sem uma forte identidade nacional, devido à grande abertura à interferência estrangeira. Assim, o país precisava de um exército forte e de serviços de segurança para o proteger e de um Estado capaz de prestar serviços aos cidadãos e de desempenhar um papel activo na economia.

Enquanto a «Riviera» precisava de amigos, a «Cidadela» precisava de um inimigo externo de forma a manter a nação unida. O processo de paz – especialmente uma paz separada entre o Líbano e Israel – era tabu. O apoio à resistência armada contra a ocupação do sul por Israel (entre 1978 e 2000) compensava o não ter participado nas guerras israelo-árabes anteriores.

O fim de dezoito anos de ocupação por Israel da área a sul do rio Litani, em Maio de 2000, foi uma vitória para a «Cidadela», mas também ameaçou diminuir a sua legitimidade, privando-a de uma causa pela qual lutar; isto fez da questão das quintas de Shebaa – um pequeno território na fronteira israelo-libanesa que Israel continuou a ocupar – uma causa para manter o projecto.

Depois de 2000, a visão de «Cidadela» do Líbano continuou a propagar a visão de que o Ocidente era um protector em quem não se podia confiar, que teria traído o Líbano em várias ocasiões. O seu principal arquitecto na esfera política, nos últimos anos, tem sido Emile Lahound, primeiro como comandante do exército e depois como Presidente da República. As suas principais alianças são com a Síria, o Irão, o Hezbollah, o Hamas e, em geral, com a frente global anti-Estados Unidos, da Venezuela à China.

Da luta épica à paralisia

A batalha interna entre a «Riviera» e a «Cidadela» eclodiu no Verão de 2004 devido à tentativa da Síria, estado vizinho do Líbano e pretendente a seu suserano, de prolongar o mandato do presidente Emile Lahound. Em resposta, surgiu a resolução 1559, de Setembro de 2004, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, patrocinada pela França e pelos Estados Unidos, que pode ser entendida como um assalto à «Cidadela». Apelava ao desarmamento de todas as milícias locais e estrangeiras, incluindo o Hezbollah, bem como ao fim da interferência síria nos assuntos internos do Líbano.

Na perspectiva do projecto «Riviera», a resolução restaurava a protecção sobre o Líbano, vinte anos depois dos quartéis dos fuzileiros norte-americanos terem explodido, em Outubro de 1983, levando a que os franceses e os norte-americanos (então parte de uma força multinacional responsável pela supervisão da evacuação da Organização de Libertação da Palestina) tenham saído do país o mais depressa que podiam. O que se seguiu foi um ano de tumultos, marcado pelo assassinato de Rafiq Hariri, a 14 de Fevereiro de 2005. Este acontecimento deu um forte impulso à «Riviera» e provocou uma onda de indignação e violência populistas, celebrada por alguns com o nome de «revolução dos cedros».

Dois manifestações, que se seguiram à morte de Hariri, simbolizaram este período de mobilização épica e, com efeito, serviram de suporte a duas visões contrastantes do futuro do Líbano: uma (pró-Síria), a 8 de Março de 2005, mobilizou cerca de meio milhão de pessoas; a outra (anti-Síria), a 14 de Março, reivindicou um milhão e meio de participantes. Em seguida, deu-se a retirada das tropas sírias, em Abril; eleições, em Junho, nas quais o campo do «14 de Março» obteve uma maioria esmagadora no parlamento; e uma série de assassinatos e de tentativas de assassinato a jornalistas e a políticos (entre eles, Samir Kassir, George Hawi, May Chidiac e Gebran Tueni) associados a esta facção. Em finais de 2005, depois de uma série de mudanças no governo, acabou por se chegar a um compromisso político, de acordo com o qual o governo passou a ser dominado pela facção maioritária, embora incluindo, pela primeira vez, dois membros do Hezbollah.

Em 2005-2006, o jogo de forças entre as duas agendas paralisou politicamente o Líbano. O debate central era sobre a legitimidade de manter uma força de resistência armada fora do controlo do governo. Os partidários do desarmamento do Hezbollah alegavam que a retirada de Israel do sul acabara com qualquer necessidade, para o Líbano, de ter uma resistência armada; que o país poderia contar com alianças internacionais para se proteger de todas as ameaças; e que a diplomacia e as Nações

Unidas eram os meios para retomar as quintas Shebaa e ver aceites outras exigências nacionais.

Em contraste, o Hezbollah e os seus apoiantes declaravam que Israel continuava a ser um inimigo perigoso e maligno, empenhado em destruir o Líbano como vingança da retirada de 2000; que a resistência armada era necessária porque ninguém poderia proteger-se quando Israel atacasse; e que só a resistência armada poderia recuperar a terra ocupada e libertar prisioneiros.

### Golpe e contra-golpe

Este argumento é sublinhado pelas reviravoltas dos políticos e diplomatas libaneses que acompanharam, mas que também foram eclipsados, pela guerra do Hezbollah com Israel. A operação, fora dos limites fronteiriços do Líbano, do Hezbollah, de 12 de Julho, foi vista por muitos, no interior do governo libanês, como um golpe de Estado virtual, depois de Sayyid Hassan Nasrallah, o líder do grupo, ter imposto a sua agenda ao país, arrastando-o para uma guerra que o levou à destruição.

A mecânica do golpe é interessante. O primeiro-ministro do Líbano, Fouad Siniora, o homem da «Riviera» por excelência, criticou primeiro o Hezbollah e denunciou a sua captura de dois soldados israelitas. Continuou a encontrar-se com a sua aliada, a secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice, e, duas semanas depois do início da guerra, propôs, na conferência de Roma, um plano de sete pontos para um acordo diplomático que poderia permitir ao seu governo readquirir o controlo da agenda política interna.

O apoio norte-americano à operação militar israelita e a rejeição de um cessar-fogo minou a posição de Siniora, que acabou por ficar sem outras opções que não a de recusar encontrar-se com Rice no dia do massacre de Qana, saudar Hassan Nasrallah e (nos dias seguintes) receber visitas dos ministros dos Negócios Estrangeiros do Irão (Manouchehr Mottaki) e da Síria (Walid Moallem). Ambos celebraram ruidosamente a sua incursão no Líbano e emitiram ordens e instruções.

Entretanto, o responsável norte-americano mais importante a visitar Beirute foi o sub-secretário de Estado, David Welch, cujo principal encontro foi com o presidente do parlamento do Líbano, Nabih Berri, encarregado pelo Hezbollah de o representar nas negociações. Foi como se o efeito combinado entre as acções dos Estados Unidos e de Israel tivessem forçado Fouad Siniora a ir de um campo a outro, pelo facto de a sua posição se ter tornado insustentável.

O contra-golpe chegou alguns dias depois, quando os ministros dos Negócios Estrangeiros da Liga Árabe, «caídos de pára-quadras» em Beirute, expulsaram o seu colega sírio dos seus conselhos e arrastaram Siniora de volta ao seu campo, exercendo pressão para que o Conselho de Segurança das Nações Unidas actuasse mais em linha com o plano de sete pontos que o primeiro-ministro tinha proposto anteriormente. Foi um brilhante feito diplomático a favor da restauração de legalidade, levado a cabo pelos emissários árabes.

Foi apenas uma escaramuça numa prolongada batalha que irá ultrapassar largamente o conflito de Julho-Agosto de 2006. A curto prazo, o Hezbollah – representando o projecto «Cidadela» – emergiu vitorioso dos recentes acontecimentos, não tanto pelo resultado militar, mas mais pela mensagem política que fez passar. A intervenção militar e o apoio dado pelos Estados Unidos – totalmente contrário às suas declaradas intenções – acabaram por favorecer muitos dos argumentos da «Cidadela» e causaram causou um forte revés político à «Riviera».

Mas, o sistema político do Líbano funciona por consenso e uma vitória absoluta de um ou de outro lado é menos provável do que um novo equilíbrio entre as duas visões. Uma intervenção coerente da comunidade internacional, que ofereça o equivalente a um Plano Marshall para o Líbano, fornecendo auxílio militar e civil, poderá ajudar a impedir outra aventura israelita, impelida por objectivos irrealizáveis que produzem exactamente o contrário do pretendido. Também poderá ajudar a deslocar o equilíbrio de forças no Líbano para o lado favorável ao campo da «Riviera».

O que acontecer nos próximos dias e semanas no Líbano é, a longo prazo, crucial para o futuro do país. A verdadeira batalha pelo Líbano acaba apenas de começar.

---

\* A versão original deste artigo, em inglês, encontra-se em [www.opendemocracy.net](http://www.opendemocracy.net).